

## Equipamentos de memórias para democracia no território urbano: Buenos Aires e São Paulo em 2024

ARTIGO

Otávio Dias de Souza Ferreira<sup>1</sup>

Universidade Federal do ABC, São Bernardo, SP, Brasil

1

### Resumo

A partir da abordagem de política comparada, do olhar para o território urbano e do pressuposto normativo preocupado com o aprofundamento da democracia, pretende-se analisar as atividades desenvolvidas pelos equipamentos para promoção de memória para a democracia em duas grandes cidades do Cone Sul no primeiro semestre de 2024. O esforço inicial traz breves delimitações conceituais e metodológicas sobre a natureza de políticas e dos equipamentos estudados. A análise de fundo serve-se de contribuições interdisciplinares para suscitar reflexões sobre o contexto de construção, a localização e o funcionamento dos equipamentos no território urbano, a partir do avanço do processo democrático político envolvendo o Estado e a sociedade. Consideram-se as construções institucionais, o potencial de difusão das mensagens, as experiências proporcionadas nos espaços, o envolvimento dos atores sociais e a interação cultural.

**Palavras-chave:** Memória Histórica. Conscientização Política. Democracia. Território Urbano.

### Memory equipment for democracy in the urban territory: Buenos Aires and São Paulo in 2024

### Abstract

Based on a comparative policy approach, a look at urban territory and a normative assumption concerned with deepening democracy, the aim is to analyze the activities carried out by facilities to promote memory for democracy in two major Southern Cone cities in the first half of 2024. The initial effort provides brief conceptual and methodological delimitations on the nature of the policies and facilities studied. The background analysis draws on interdisciplinary contributions to raise reflections on the context of the construction, location and operation of the facilities in the urban territory, based on the progress of the democratic political process involving the state and society. Consideration is given to institutional constructions, the potential for disseminating messages, the experiences provided in the spaces, the involvement of social actors and cultural interaction.

**Keywords:** Historical Memory. Political Awareness. Democracy. Urban Territory.

## 1 Introdução

Brasil e Argentina são países vizinhos, de dimensão continental e importância regional econômica e política e de terem vivido regimes ditatoriais civil-militares no período recente. Possuem algumas similaridades e diferenças em processos históricos, mas seguiram distintos modelos de transição para a democracia. Os dois países viveram ditaduras recentes associadas entre si na Operação Condor<sup>1</sup> e alinhadas com os Estados Unidos na Guerra Fria.

A Argentina contabilizou mais desaparecimentos e mortes diretas provocadas pela repressão (estimados em 30 mil, ante cerca de 500). Uma peculiaridade refere-se ao uso recorrente de expedientes degradantes, como os sequestros de bebês, o que estimulou os movimentos de mães e avós. A ditadura brasileira processou dez vezes mais opositores do que a Argentina (7.000 contra 700) e teria deixado mais marcas profundas danosas para o presente, estruturas autoritárias persistentes que inviabilizam a afirmação de um Estado de direito (Teles, 2013).

Os dois países seguiram modelos de justiça de transição distintos, tendo o Brasil privilegiado a conciliação em detrimento de políticas de memória e verdade, enquanto na Argentina o processo de transição foi mais completo, abarcando todos os “elementos-chave” de justiça transicional (Van Zyl, 2011, p. 47) e marcando uma ruptura mais incisiva com o regime anterior (Jelin, 2013; Munck; Leff, 1997; Sanz Dias, 2023).

O presente trabalho promove um esforço interdisciplinar para suscitar reflexões sobre o contexto de construção, a localização e o funcionamento dos equipamentos no território urbano, a partir do avanço do processo democrático político envolvendo o Estado e a sociedade. Abordam-se aspectos da materialização de determinadas políticas públicas em equipamentos situados no território urbano de São Paulo e Buenos Aires a partir, especialmente, de um momento determinado do funcionamento desses aparatos no tempo, referente ao início do ano de 2024, em meio à crise internacional de regimes democráticos e da ascensão de movimentos políticos autoritários, inclusive no Brasil e na Argentina. O esforço inicial recai na delimitação metodológica e teórica do recorte e do

---

<sup>1</sup> A Operação Condor constituiu-se como uma operação de cooperação político-militar entre regimes ditatoriais da América do Sul nos anos 1970.

objeto de estudo, a partir da exposição do conceito aqui adotado para políticas públicas ligadas à promoção de memória para a democracia.

Segue-se para a pesquisa empírica comparativa, na análise de aspectos de equipamentos em funcionamento nas cidades de São Paulo e Buenos Aires considerando sua construção no espaço urbano, nos territórios, nos aspectos legais e relacionais envolvidos. Consideram-se as construções institucionais, o potencial de difusão das mensagens, as experiências proporcionadas nos espaços, o envolvimento dos atores sociais e a interação cultural.

Assinala-se que, na literatura sobre memória, alguns autores adotaram abordagens sobre a relação de equipamentos com a cidade e com o território, com ênfases e recortes diferenciados. Foram identificados trabalhos com recorte empírico comparativo, com distintas abordagens, e alguns que trataram de iniciativas aqui estudadas. Gumieri (2012) tratou a comparação entre dois espaços de memória específicos, o Memorial da Resistência, em São Paulo, e a Escuela de Mecánica de la Armada, em Buenos Aires.

A tese de Guglielmucci (2011) tratou da categoria “*memoria sobre el terrorismo de Estado*” e da sua incorporação enquanto objeto de políticas públicas estatais na Argentina. Cabral (2019) abordou os ex-centros clandestinos da ditadura argentina em Buenos Aires que viraram espaços de memória, enfatizando processos de “memorialização” e “especialização”. Kobashi, Jatene e Crivelente (2019) estudaram lugares de memória a partir do esforço de construção em um *website* para mapear lugares da memória no continente. Um trabalho mais específico, direcionado a um espaço apenas, que merece menção é a tese de Messina (2010), a qual versa sobre o ex-centro clandestino de detenção Olimpo. Pretende-se somar a esses e a outros esforços, adotando-se uma abordagem pouco usual nessa literatura.

## 2 Metodologia

Primeiramente, importa esclarecer a escolha dos casos para um estudo empírico comparado. As duas cidades são metrópoles imensas, populosas, de grande importância

socioeconômica. Ambos os países têm histórico de colonização europeia de exploração, resultando em situações de carências e desigualdades. Além disso, vivenciaram ditaduras em períodos recentes, e a sociedade envidou esforços nas últimas décadas para erguer um regime democrático. Os aparatos repressivos de Brasil e Argentina estiveram associados entre si e promoveram intercâmbios no âmbito da Operação Condor.

Mais do que testar proposições causais e formular teoria, há elementos importantes de aproximação para essa abordagem comparada aqui empreendida, como o caráter da interação entre Estado e sociedade (Perissinoto, 2013; Borges, 2007) e o potencial intercâmbio de algumas das experiências e atividades investigadas em um momento histórico determinado. Trata-se de arranjos institucionais com similaridades entre si com potencial de desenvolvimento de atividades em defesa e promoção de valores democráticos. Este estudo comparado em um momento de crise do ideário democrático nessas sociedades com abordagem qualitativa a partir de um “n” limitado de casos, de modo a evitar falsas generalizações (Marques, 2014), observa as atividades realizadas e forma de construção dos equipamentos com base no pressuposto normativo de defesa da democracia e considera aspectos como os padrões de distribuição de equipamentos no território em relação e as relações estabelecidas entre os espaços, o Estado e os atores sociais.

O recorte temporal da pesquisa centra no funcionamento desses equipamentos no primeiro semestre de 2024, momento de ascensão internacional de grupos políticos ligados à extrema-direita no espectro político ideológico, com tendências autoritárias e que costumam fomentar a revisão e a negação de fatos e processos longamente documentados e discutidos nos estudos acadêmicos da História<sup>2</sup>.

A Argentina atravessa o início do governo de tendências liberais conservadoras de Javier Milei, e o Brasil vive o período inicial do terceiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que enfrentou nos primeiros dias uma tentativa frustrada de golpe de Estado sob a liderança de pessoas e grupos envolvidas no governo Jair Bolsonaro que não aceitaram a

---

<sup>2</sup> Recomenda-se a leitura de Camargo (2018).

derrota nas eleições de 2022. Em maio de 2024, representantes de ambos os grupos de características iliberais encontraram-se em Madri celebrando um grande encontro internacional de lideranças da extrema-direita, organizado pelo partido político espanhol VOX, a sinalizar suas forças e poder de articulação (Chade, 2024). Diante de ameaças e abalos profundos que muitos regimes democráticos estão a enfrentar, faz-se urgente refletir sobre a valorização e a proteção das liberdades e dos valores democráticos.

A noção de “equipamento”, para a presente pesquisa, corresponde a espaço físico com alguma edificação para políticas educacionais e culturais voltadas para memórias de fatos pretéritos, que podem ou não terem passado por processo de musealização. Dessa forma, placas, obras artísticas, como pinturas ou esculturas ou sinalizações isoladas no território urbano, apesar de terem inegavelmente sua importância em um contexto maior e articulado de intervenções nos territórios, não correspondem propriamente a equipamentos.

Os equipamentos escolhidos para a pesquisa empírica compõem o rol de lugares da memória elencados pela iniciativa Red de Sitios de Memoria Latinoamericanos y Caribeños, conhecida pela sigla RESLAC<sup>3</sup>. Conforme a página oficial da Rede:

As instituições que compõem a Rede Latino-Americana e do Caribe de Sitios de Memória trabalham na recuperação e construção de memórias coletivas sobre as graves violações dos direitos humanos e da resistência que ocorreram na região no passado recente, em períodos de terrorismo de Estado, conflitos armados internos e altos níveis de impunidade, com o objetivo de promover a democracia e as garantias de não repetição (RESLAC, s.d.).

Em São Paulo, contemplam os seguintes espaços: Memorial da Resistência de São Paulo – Associação Pinacoteca Arte e Cultura (APAC), Museu da Imigração, dois espaços coordenados pelo Núcleo da Preservação da Memória Política, Casa do Povo e Museu da Pessoa (ver mapa 01).

<sup>3</sup> A rede RESLAC reúne 44 instituições de 12 países, incluindo Brasil e Argentina. Está ligada ainda a uma Coalizão Internacional de Sites de Consciência, instituição que conta com sete redes regionais no mundo. (Disponível em: <https://sitiosdememoria.org/pt/quem-somos/>. Acesso em: 28 fev. 2024.)

## Mapa 01. Lugares da Memória da RESLAC em São Paulo/ SP – BRA



Fonte: Mapa da página da RESLAC. Acesso em 06 maio 2024.

6

O Memorial da Resistência de São Paulo situa-se no prédio de um antigo equipamento da repressão do regime militar – o DEOPS<sup>4</sup> – e dedica-se a preservar e transmitir referências de memória tanto da resistência como da repressão política do Brasil republicano. O Museu da Imigração reflete sobre o processo migratório como um todo, desde as condições de vida no país de origem até as dificuldades enfrentadas no novo destino, com o choque e intercâmbio cultural e conflitos de diversas ordens. A Casa do Povo reuniu um grupo de identificação à esquerda no espectro político ideológico da comunidade judaica na resistência à ditadura militar e seguiu funcionando como centro cultural. O Núcleo Memória foi formado como um Fórum Permanente de Ex-Presos e Perseguidos Políticos e atua na organização de dois equipamentos, no local onde funcionava o antigo DOI-CODI<sup>5</sup>, equipamento de repressão da ditadura, e trabalha, em parceria firmada com a seccional paulista da Ordem dos Advogados do Brasil, na

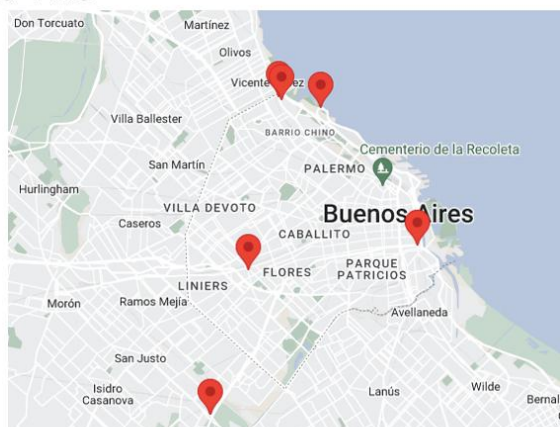
<sup>4</sup> A sigla DEOPS corresponde ao Departamento de Ordem Política e Social, uma polícia política que funcionou no Brasil entre 1924 e 1983.

<sup>5</sup> A sigla DOI-CODI refere-se ao Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações e Defesa Interna, órgão de repressão criado em 1970.

construção de espaço para visitação no antigo prédio da Auditoria Militar de São Paulo, que está prestes a entrar em funcionamento com o nome de Memorial da Luta pela Justiça. Situam-se, ambos, em localização próxima à avenida paulista, na região centro-sul da cidade, o primeiro, em direção ao centro, e o segundo, para os lados do parque do Ibirapuera. O Museu da Pessoa funda-se em proposta aberta e colaborativa que valoriza a história das pessoas e a diversidade, tendo em vista a edificação de uma cultura de paz, mas não constitui propriamente um equipamento, pois não dispõe de estrutura para visitação, razão pela qual não será contemplado neste estudo. A sede, situada no bairro de Pinheiros, zona oeste de São Paulo, funciona quase que tão somente para fins administrativos<sup>6</sup>.

Em Buenos Aires, os seguintes sítios são ligados à RESLAC: Espacio para la Memoria y la Promoción de los DDHH (ex-CCDTyE Olimpo), Museo Sitio de Memoria ESMA, Memoria Abierta, Comisión Vesubio y Puente 12, Parque de la Memoria e Espacio para la Memoria (ex-CCD Club Atlético). Observe-os no mapa 02.

**Mapa 02. Lugares da Memoria da RESLAC em Buenos Aires - ARG**



Fonte: Mapa da página da RESLAC. Acesso: 06 maio 2024.

<sup>6</sup> Os materiais produzidos estão expostos de forma *on-line*, na rede mundial de computadores. De vez em quando, a entidade organiza exposições e eventos presenciais em outros espaços, de forma itinerante, como na Biblioteca Mário de Andrade e em unidade do Sesc.

A maioria desses equipamentos refere-se a espaços utilizados pela repressão na ditadura militar, como os centros clandestinos [chamados mais precisamente de Centro Clandestino de Detenção, Tortura e Extermínio<sup>7</sup>]. São os casos do complexo ESMA, do ex-CCD Olimpo, do Club Atlético e do El Vesubio. O Parque Memória constitui espécie de parque monumento em homenagem às vítimas do terrorismo de Estado na Ditadura, construído na beira do Rio da Prata. O Memoria Abierta constitui uma iniciativa de articulação entre seis organizações em defesa dos direitos humanos<sup>8</sup> e que coordena atividades culturais no Centro Cultural de la Memoria Haroldo Conti, no complexo ESMA. Restringe-se a esses catalogados para não ampliar demasiadamente o “n” e para manutenção de mesmo critério para a escolha dos lugares da memória nas duas cidades<sup>9</sup>.

Este pesquisador conhece pessoalmente a maioria dos equipamentos, tendo feito algumas das visitas exatamente no início de 2024, incluindo os dois referidos ligados ao trabalho do Núcleo Memória, em São Paulo. Tratando-se de um conceito de memória que valoriza a experiência, é relevante a construção e a elaboração pessoal dos conteúdos e linguagens. Apesar da busca de distância analítica, algumas notas pontuais terão influência desse lugar de observador participante. Não conheceu apenas três equipamentos de Buenos Aires (Comision Vesuvio y Puente 12, o Espacio para la Memoria [ex-CCD Club Atletico] e o Espacio para la Memoria y la promocion de los DDHH [ex-CCDTyE Olimpo]) e um de São Paulo (Museu da Imigração), casos em que se valerá de informações das páginas oficiais na rede mundial de computadores e de estudos acadêmicos.

### 3 Resultados e Discussão

<sup>7</sup> Em espanhol, chamam-se Centros Clandestinos de Detención, Tortura y Exterminio, o que forma a sigla CCDTyE.

<sup>8</sup> Compõem o Memoria Abierta: Asamblea Permanente por los Derechos Humanos, Centro de Estudios Legales y Sociales, Comisión de Homenaje a las Víctimas de Vesubio y Protobanco, Familiares de Desaparecidos y Detenidos por Razones Políticas, Fundación Memoria Histórica y Social Argentina e Madres de Plaza de Mayo.

<sup>9</sup> Há outros equipamentos de natureza similar nessas cidades, com potencial para integrar a articulação da RESLAC, como o Museu Afro Brasil, o Museu de Culturas Indígenas, em São Paulo, a ex-oficina mecânica Automotores Orletti e o ex-centro de detenção Virrey Ceballos, em Buenos Aires.



## 3.1 Breves notas conceituais

Abordam-se as políticas públicas de memória para a democracia, enfatizando seu papel crucial na promoção do aprendizado histórico-cultural e na extração de lições fundamentais para construção, defesa e aprofundamento do regime democrático. A análise apresenta uma visão integrada dos conceitos de políticas públicas, memória e democracia, articulando-os em uma construção teórica coesa.

As políticas públicas são compreendidas como processos complexos de transformação de propósitos difusos, oriundos da esfera política e social, em ações e programas governamentais concretos. Esta abordagem, alinhada com perspectivas contemporâneas da literatura (Marques, 2013; Souza, 2002), não se centra exclusivamente no Estado, mas reconhece a pluralidade de atores envolvidos, suas interações, disputas de interesses, crenças e instituições que moldam o processo político.

O conceito de memória é explorado apoiado nas contribuições seminais de Walter Benjamin e Elizabeth Jelin. A trajetória intelectual de Benjamin revela uma compreensão multifacetada da memória, emergindo de diálogos interdisciplinares entre filosofia, psicanálise e literatura. Sua abordagem destaca aspectos como temporalidades distintas, dimensões voluntárias e involuntárias, e a interação entre o consciente e o inconsciente (Galzerani, 2020; Matos, 1992). Jelin (2002), por sua vez, enfatiza a pluralidade de memórias, problematizando a noção de uma memória coletiva monolítica. Ela propõe considerar uma multiplicidade de memórias individuais em diálogo constante, reconhecendo a existência de vozes dominantes que podem constituir “memórias hegemônicas ou oficiais”. Jelin distingue três perspectivas sobre a aprendizagem da memória: cognitiva, psicanalítica e cultural, oferecendo um quadro analítico rico para compreender a construção de equipamentos de memória e a relação entre passado autoritário e presente democrático.

A democracia é abordada de forma exigente, transcendendo a visão minimalista focada meramente em procedimentos eleitorais. A concepção adotada engloba liberdades

fundamentais, estado de direito, participação cidadã, deliberação pública, representação efetiva e controles institucionais, eleitorais e societários. Essa visão robusta da democracia opõe-se veementemente ao autoritarismo e prioriza a dignidade humana como valor central.

As políticas públicas de memória para a democracia são concebidas como instrumentos multifacetados que abordam aspectos culturais, históricos, educativos e psicológicos da sociedade. Elas visam não apenas defender a dignidade humana, mas também combater desigualdades estruturais e violências contra populações marginalizadas. Distinguem-se claramente de políticas voltadas para a construção de mitos de fundação ou exaltação de heróis nacionais, focando-se, em vez disso, em conquistas democráticas e na inclusão de grupos historicamente excluídos.

Michael Pollak (1992), que trata a memória como um fenômeno construído social e individualmente, estreitamente ligado à formação da identidade e ao sentimento de pertencimento, problematiza formas de trabalhar com a memória, incluindo o “trabalho de enquadramento da memória” e o “trabalho da própria memória em si”. No entanto, essas abordagens podem, em certos casos, se afastar da ideia de política pública de memória para a democracia, que deve priorizar a convivência plural, o respeito mútuo e o pluralismo.

Não interessa, a princípio, qualquer política pública sobre a memória, a história e a cultura, como aquelas ligadas a mitos de fundação, de exaltação de heróis ou referências pátrias ou locais, as recordações e as homenagens sobre qualquer feito de um exército em uma guerra ou de uma ação ou trajetória a determinado cidadão, a menos que essa recordação permita iluminar desigualdades e situações profundas de injustiças e violações de direitos humanos que possam significar históricas conquistas – ou edificar barreiras – para a inclusão de determinados grupos em um regime democrático.

Nessa natureza de políticas públicas, a dimensão das ideias e o conflito ganham peso. No processo das políticas públicas, considerando as resistências históricas de vários grupos conservadores e militares e seus simpatizantes, importa muito a dimensão política.

## 3.2 Pesquisa empírica: equipamentos nos territórios

Esta seção parte das construções institucionais em um contexto de democratização do aparato estatal urbano, para que sejam observados aspectos ligados ao território, à participação social e aos esforços, procurando envolver as comunidades de modo a ampliar o alcance dos equipamentos.

Meyer (2006) argumenta que o território das grandes cidades contemporâneas, como Buenos Aires e São Paulo, é composto por diversas “peças urbanas” difusas. A complexidade e ampliação das escalas urbanas levaram ao abandono da ideia de uma totalidade urbana, focando-se em espaços demarcados específicos. As políticas públicas de memória devem ser concebidas considerando essa fragmentação urbana.

Essa visão é respaldada pela regulação urbanística de ambas as cidades. Brasil e Argentina possuem marcos regulatórios próprios, fundamentados em suas Constituições. No Brasil, destacam-se o Estatuto da Cidade (2001) e o Plano Diretor Estratégico de São Paulo (2014). A Argentina conta com a Política Ambiental Urbana (2016), o Plano Urbano Ambiental (2008), e Buenos Aires tem seu Código Urbanístico (1977, atualizado em 2022) e Constituição Municipal (1996).

Esses ordenamentos alinham-se à Nova Agenda Urbana da ONU e à Agenda 2030, que promovem princípios como direito à cidade, inclusão, sustentabilidade e participação social. No Brasil, o Estatuto da Cidade institucionalizou mecanismos participativos, influenciando a elaboração de planos diretores municipais (Santos Junior; Montandon, 2011). Em Buenos Aires, Eberhardt (2015) destaca a participação social na política urbana, com mecanismos semidiretos nas atualizações do Código Urbanístico. Ambos os países estão vinculados ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos, que defende os direitos à reparação, à verdade e à memória. A Argentina possui legislação específica para sítios de memória (Ley n. 26.691/2011), enquanto no Brasil as iniciativas são geralmente desenvolvidas no âmbito de políticas culturais e educativas estaduais e municipais.

Para Pierre Nora (1993, p. 22), os lugares da memória são esforços para “materializar o imaterial [...] para prender o máximo de sentido num mínimo de sinais”. Podem ser naturais e artificiais, onde memória e história interagem e se produzem efeitos nos sentidos material, simbólico e funcional, que podem coexistir simultaneamente. Não necessariamente constituem um equipamento público, podem constituir mesmo um depósito de arquivos, um calendário, um documento, um livro de história, até um cemitério, um museu, um monumento, “lugares intelectualmente elaborados”. Trata lugares de forma ampla, sem preocupação com a substância de seu vínculo com a democracia.

A localização desses equipamentos é crucial para o impacto das políticas de memória, embora muitas vezes seja determinada por significações históricas específicas, podendo resultar em locais de difícil acesso. Ocorre que, quando se trata de políticas públicas dessa natureza, por vezes, não há opção para o gestor escolher sua localização. Costumam se situar onde existiu, em um tempo pretérito, um lugar com determinada significação. Muitos dos equipamentos podem se situar em locais mais distantes, com acesso dificultado. É o caso, por exemplo, de alguns lugares clandestinos escolhidos por agentes estatais de Forças Armadas ou de agências de segurança pública em ditaduras – e até em regimes democráticos – para práticas de tortura e para enterrar as pessoas assassinadas.

Analisando os equipamentos segundo dados da desigualdade de renda da Nossa São Paulo de 2021 para o município de São Paulo<sup>10</sup>, percebe-se que os equipamentos se encontram concentrados na porção de maior distribuição de renda do município, muito distante das periferias e regiões pobres. Mesmo os dois equipamentos ligados ao Núcleo Memória, um que está em construção e o outro operando informalmente, buscando institucionalidade, situam-se próximos à Avenida Paulista, zona centro-sul da cidade de São Paulo, região de elevado nível de renda *per capita*.

<sup>10</sup> MAPA da desigualdade 2021 é lançado. **Rede Nossa São Paulo**, 2021. Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/2021/10/21/mapa-da-desigualdade-2021-e-lancado/>. Acesso em: 12 out. 2024.

Observando a distribuição dos equipamentos da memória de Buenos Aires da RESLAC, segundo dados de pobreza por *comuna*<sup>11</sup>, percebe-se que a maioria se situa em regiões de população com maior renda, como no bairro Nuñes e no bairro Floresta. O Club Atlético localiza-se em uma região macro com população mais pobre, mas no ponto mais central e turístico dessa área, que é San Telmo. O El Vesubio é o equipamento mais periférico.

Comparando os mapas das duas cidades, Buenos Aires apresenta evidente vantagem na distribuição espacial mais ampla dos equipamentos no território em relação a São Paulo, que tem os espaços concentrados em uma única região. O fato de espaços mais espalhados no território, inclusive fora da região mais rica, é por si democrático e tende a facilitar a mobilidade e o acesso para populações de diferentes estratos de renda aos equipamentos.

Um fenômeno que ajuda a explicar a distribuição espacial dos equipamentos nos municípios é o fato de que os grupos de oposição às ditaduras descobriram mais centros clandestinos da repressão dentro da área urbana da cidade argentina que a brasileira. A maioria dos centros descobertos no Brasil situam-se em áreas rurais, como em sítios, e em cidades do interior, sendo que não houve mobilização suficiente para transformar os dois espaços descobertos no município em equipamentos (a casa no bairro da Mooca e o centro de treinamento no Ipiranga)<sup>12</sup>.

O elenco de iniciativas compiladas trata, em sua maioria, de memórias ligadas àquilo que Jelin (2013) se referiu como de curto tempo, abrangendo questões de repressão e resistência datadas em períodos ditatoriais recentes, especialmente fazendo alusão ao terrorismo de Estado promovido entre 1966 e 1973 e entre 1976 e 1983, na Argentina, e entre 1964 e 1984, no Brasil. Espaços como o Museu do Imigrante, o Núcleo Memória, o

<sup>11</sup> PORCENTAJE de población bajo la línea de pobreza según Comuna. **Instituto de Estadística y Censos de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires**, 2006. Disponível em: <https://www.estadisticaciudad.gob.ar/eyc/?p=53627>. Acesso em: 12 out. 2024.

<sup>12</sup> São exemplos de equipamentos clandestinos descobertos fora das grandes cidades brasileiras: a Casa da Morte de Petrópolis, a Fazenda Boa Sorte, a Fazenda 31 de Março, o Sítio de Arujá, a Casa de Itapevi e a Fazenda da Rodovia Presidente Castelo Branco. (Disponível em: <https://tinyurl.com/2rmyk449>. Acesso em: 18 maio 2024.)

Memorial da Resistência e mesmo o espaço Haroldo Conti, no complexo ESMA, tratam de violações de direitos humanos de períodos muito mais longos e remotos que esses regimes ditatoriais recentes e que costumam perfazer violências em dimensões de ordem estrutural e cultural contra grupos sociais, étnicos, minorias em termos de representatividade nas instâncias de poder, incidindo em desafios mais profundos para a consolidação de uma democracia social.

A construção dos sítios de memória depende de múltiplas condicionantes, como dos atores e recursos envolvidos, dos contextos sociais urbanos. As histórias pretéritas dos lugares, o que ali se realizou de violências, de ações de terrorismo de Estado e até de resistência, são determinantes para os “processos de ‘memorialização’, ‘espacialização’ e ‘ativação patrimonial’, constituindo a principal camada mobilizada para apresentá-los ao público” (Cabral, 2019, p. 326).

Uma revelação comum de Comissões da Verdade e de outros trabalhos de investigação, como no caso peruano (Jelin, 2013) e na descoberta da Vala de Perus, na zona norte da cidade de São Paulo (Mayer, 2022) e do Cemitério da Paz em Barbacena-MG (Arbex, 2013), foi que as maiores vítimas dos regimes ditatoriais geralmente são as pessoas mais pobres, não necessariamente com engajamento político. Dada tal evidência, seria desejável contar com equipamentos em áreas mais periféricas, nas franjas do território, onde costumam residir grandes parcelas das populações mais pobres.

Uma forma de facilitar o acesso dá-se pelo sistema de transporte público. Considerando a mobilidade por modal de transporte no trilho e assumindo como pressuposto de que grandes cidades latino-americanas possuem índices elevados de tráfego de veículos automotores, veja-se a localização dos equipamentos em relação aos modais de transporte sobre trilho, que costumam garantir maior fluidez para os usuários. Constata-se que boa parte dos equipamentos nas cidades estudadas pode ser acessada por trem e metrô. Em São Paulo, a Casa do Povo (estação Luz), o Memorial da Resistência (estação Luz), o Museu da Imigração (estação Bresser-Mooça) encontram-se a um raio relativamente pequeno de estações do metrô. O equipamento do antigo DOI-CODI, onde

o Núcleo Memória coordena atividades de visitação, não se localiza próximo a estações de metrô.

Em Buenos Aires, o metrô é chamado de *subte* e possui apenas seis linhas, que cobrem parte da cidade e não atendem devidamente os equipamentos. Outras partes do território, os entornos da cidade e alguns dos equipamentos podem ser acessados pela rede de trem. O complexo ESMA, o ex-CCD Olimpo e o El Vesubio podem ser acessados por trem (estações Rivadavia, Floresta e María S. de Mendeville, respectivamente). O espaço Club Atlético não conta com estação de trem nem de metrô próximas.

Morel (2016) destaca que, na antropologia, o conceito de lugar é imbuído de significados atribuídos pelas comunidades locais. A noção engloba associações entre aspectos culturais e espaciais, refletindo visões dominantes, mas também problematiza os múltiplos sentidos construídos por diversos grupos. Os gestores de equipamentos públicos de memória para a democracia devem, portanto, trabalhar esses significados em conjunto com as comunidades locais.

A geografia urbana brasileira contemporânea oferece perspectivas relevantes para as políticas públicas territoriais. Uma abordagem enfoca a dimensão política, em que relações de poder entre agentes conferem significado e simbolismo aos lugares (Sposito; Saquet, 2016). No contexto de equipamentos clandestinos da ditadura, por exemplo, a descoberta de crimes e a instalação de novos equipamentos atribuíram novos significados a esses espaços (Souza, 2008).

A apropriação dos espaços e a construção de equipamentos envolvem uma demarcação simbólica, idealmente concebida com participação comunitária. Além da integração local, essas políticas públicas devem buscar integração no território mais amplo, demandando investimentos em acessibilidade, transporte, iluminação, manutenção e segurança.

Outra vertente da geografia urbana brasileira explora as dimensões culturais do território, reconhecendo microterritorialidades que expressam identidades individuais e grupais, estabelecendo alteridades e limites (Sposito; Saquet, 2016). As pessoas

influenciam e constituem identidades no âmbito do território, e o território abarca uma dimensão simbólica que exerce influência sobre as pessoas (Derosso; Cury, 2019).

Na construção de espaços de memória, com fundamento na obra de Benjamin, sublinha-se em Bergson a ideia da consciência e a capacidade de articular as temporalidades, no que se sugere o uso e a combinação de diferentes linguagens para lidar com essa temática, algo que interessa demasiadamente ao se pensar no funcionamento desses equipamentos públicos estudados. Na ideia de rememoração, superando o fantasma do esquecimento da dimensão involuntária da memória e o inconsciente, a obra do autor da teoria crítica sugere a eficácia do uso de alegorias (Galzerani, 2021). Quando se pensa nas microterritorialidades e nos grupos que ocupam o território, é preciso ficar atento às linguagens que terão mais aceitação e atração sobre as pessoas, inclusive formas artísticas não tradicionais e periféricas.

Entre as boas inovações em serviços e políticas públicas, segundo Cavalcanti e Cunha (2017), figuram medidas que reforçam o protagonismo dos cidadãos no seu território, algo que se constata na construção e na gestão de vários dos equipamentos.

A recuperação do espaço Puente 22 (ex-CCD Olimpo)<sup>13</sup>, em Buenos Aires, e de boa parte dos equipamentos de Buenos Aires que constituíram centros clandestinos da ditadura contou com envolvimento ativo de vizinhos. Eles forneceram registros fotográficos e depoimentos para reconstituir as histórias e práticas do lugar, somando-se a esforços de sobreviventes, familiares e militantes de organizações. Tais espaços marcaram os territórios constituindo-se provas materiais para a justiça. Guglielmucci (2011) descreve um dilema enfrentado na construção dos equipamentos no tocante à natureza de intervenção nos edifícios, entre a preservação ao máximo das estruturas para fins de investigações da antropologia forense e a intervenção para fins de visitação e musealização. No próprio caso do ex-CCD Olimpo, a autora narrou “una fuerte discusión entre sus activadores sobre qué conservar y qué transformar” (p. 296).

<sup>13</sup> Ver em: <https://www.exccdolimpo.org.ar/memorias-de-vecindad>. Acesso em: 17 maio 2024.



Gumieri (2012) analisou o Memorial da Resistência (Brasil) e a ESMA (Argentina), identificando mais similaridades que diferenças. Ambos foram construídos em edifícios usados pela repressão ditatorial, visando promover cidadania, democracia e direitos humanos. Buscam transmitir e refletir sobre verdade, justiça e memória de períodos autoritários, atuando como políticas de reparação simbólica coletiva.

Esses espaços investiram em musealização, oferecendo circuitos de visitas em instalações preservadas ou reconstituídas, com adaptações. A participação de acadêmicos e profissionais da cultura influenciou suas estratégias de ocupação.

Jelin (2002) distingue “memórias passivas” (guardadas em mentes e arquivos) e “ativas” (mobilizadas para interpretar o passado). Os equipamentos estudados articulam ambas, mantendo centros de documentação e promovendo visitas, variando em infraestrutura de musealização.

A Casa do Povo, na região central de São Paulo, não foi um equipamento da ditadura. Ao contrário, era um espaço de resistência inicialmente ligado a setores simpatizantes da democracia da comunidade judaica em São Paulo. O espaço tem sido mantido e ocupado por coletivos, movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Há visitação, possibilidade de acesso a documentos, depoimentos, mas não conta propriamente com estrutura de musealização de outros equipamentos. Funciona como espaço de reunião, articulação de atores coletivos e para realização de atividades culturais e formativas. Entre serviços oferecidos no momento de conclusão desse texto, por exemplo, há atendimentos de psicanálise em clínica aberta, treinos do esporte boxe e um clube de xadrez em funcionamento no espaço<sup>14</sup>.

A articulação a partir do território, no aprendizado da interação com os públicos dos entornos e mesmo com os visitantes dos equipamentos, e para além do território, na aproximação entre os diversos atores sociais em redes como a RESLAC e em iniciativas plurais como a Memoria Abierta, o Núcleo Memória e mesmo a Casa do Povo na construção crítica de reflexões e debates, pode ter o condão de fomentar em diferentes

---

<sup>14</sup> Disponível em: <https://casadopovo.org.br>. Acesso em: 18 maio 2024.

escalas um processo virtuoso aberto à pluralidade, à diferença, ao diálogo, produzindo mudanças nos próprios repertórios, incluindo atores, pautas e demandas novas, impactando subjetividade das memórias ali experimentadas. Desde a criação do ESMA, houve preocupação em envolver a vizinhança, a partir da coleta de testemunhos, e em abarcar a relação histórica entre o bairro e o espaço (Espacio Memoria, s.d.).

O acervo e os arranjos permanentes de visitação, geralmente, se vinculam àquela camada central de criação dos equipamentos, no caso dessa investigação, predominam referências à ditadura, às violências da repressão e do terrorismo de Estado, memórias de mais curto prazo. As exposições permanentes, porém, costumam abordar temas diversos, muitos de questões de mais longo alcance, seja de um passado mais remoto, seja de permanências ou sequelas constatadas no período democrático e no presente.

Em abril e junho de 2024, em São Paulo, este pesquisador visitou a exposição temporária “Mulheres em Luta”, então em exibição no Memorial da Resistência. Além de intervenções artísticas e registros de imagens de movimentos feministas atuais, evoca depoimentos das mulheres nos períodos da ditadura e da democratização, especialmente de movimentos de mães de vítimas da violência do Estado, em arranjos criativos desenvolvidos no manejo de tecnologias de edição de recursos audiovisuais.

Em janeiro de 2024, teve oportunidade de visitar exposições no edifício coordenado pelas organizações no âmbito do Memoria Abierta do complexo ESMA. Uma intervenção artística representava violências sofridas por pessoas de identidade e orientação LGBTQIA+, outra sala expunha fotos de movimentos de mulheres nas ruas na América do Sul. No piso superior, uma exposição reunia trabalhos produzidos ao longo de uma década de oficinas de *posters* e *fanzines* para pessoas privadas de liberdade da Unidad penal n. 02, da Villa Devoto, um programa de educação no cárcere dirigido por docentes da Universidade de Buenos Aires. São situações de denúncia de violências, de protesto por direitos e de promoção de direitos humanos coerentes com uma vida democrática pujante.

Merece menção os Sábados Resistentes, iniciativa realizada desde 2008 de forma contínua, inclusive durante o afastamento social da pandemia, quando migrou para o

formato híbrido. Resulta da parceria entre o Núcleo Memória e o Memorial da Resistência de São Paulo. O histórico de programação do Memorial abrange demandas de vários grupos sociais vítimas de violações de direitos humanos para além do período da Ditadura, como povos originários, questões raciais e de gênero e numerosas intervenções artísticas de diversas expressões culturais. Paralelamente aos Sábados Resistentes, costumam ocorrer Rodas de Conversas, cursos livres, saraus, oficinas e as Tardes de Memórias, que envolvem geralmente jogos lúdicos e terapêuticos com a mediação do corpo educativo do museu e envolvem temas como repressão, resistência e direitos humanos<sup>15</sup>. A garantia de uma frequência de eventos constitui um elemento que tende a produzir vínculos mais permanentes com a comunidade, para além da visita esporádica.

De modo geral, os equipamentos aqui estudados oferecem diversos serviços e utilidades, como espaços de visita, reunião, eventos, centros de documentação e pesquisa. Mesmo que a maioria deles tenha por mote central a ligação com estruturas de repressão em período ditatorial, as programações de atividades usualmente incluem referências a memórias sobre violências de curto e longo prazo, inclusive abrangendo tempos mais recentes de regime democrático, como a violência contra grupos sociais determinados, revelando aspectos culturais e estruturais de desigualdades e injustiças.

Nesses espaços conquistados e materializados na esfera pública, muitos atores individuais e coletivos se unem, se articulam e desenvolvem melhor suas ações coletivas, inclusive fortalecendo potencialmente atividades e estratégias que avançaram mais sobre os territórios. Como Gugliemucci (2011) e Cabral (2019) mostram, esse processo não está isento de conflitos dentro do próprio campo da sociedade civil em defesa de direitos humanos e o universo de ativistas e estudiosos.

Pesquisadores como Messina (2010), Gugliemucci (2010) e Cabral (2019) identificam práticas de marcação territorial menos formais na capital argentina, como os Escraches (manifestações públicas de denúncia), as Baldosas de la memoria – placas memoriais instaladas em calçadas e sinalizações específicas no espaço urbano. Essas

---

<sup>15</sup> Para saber mais sobre essas iniciativas, acesse o link: <https://memorialdaresistenciasp.org.br/calendario/>.

iniciativas, embora não se enquadrem na definição estrita de equipamentos de memória, são estratégias complementares que ampliam a capilaridade das mensagens difundidas pelos sítios de memória oficiais. São fruto da criatividade e engajamento dos atores sociais envolvidos na construção da memória coletiva e atuam de forma integrada com os equipamentos formais, contribuindo para uma rede mais ampla de marcação e preservação da memória no espaço urbano.

Os equipamentos e as entidades que atuam na construção na e gestão dos equipamentos interagem entre si e entre outros atores da sociedade civil no âmbito de ecologias organizacionais, em busca da afirmação e sobrevivência num campo, demandando recursos diversos, financeiros, humanos, institucionais, tecnológicos e políticos<sup>16</sup>. Uma iniciativa como a RESLAC atua na modalidade de articulação, que resulta em algo fundamental para a proteção dos próprios equipamentos diante de ameaças de movimentos e governos autoritários e da extrema-direita. Essa articulação opera desde a escala micro, da vizinhança nos territórios, com sobreviventes e familiares, passando por organizações da sociedade civil e movimentos sociais, até uma escala macro, em redes nos municípios, províncias ou estados, no âmbito nacional e transnacional.

## 4 Considerações finais

A democratização na Argentina e no Brasil trouxe inovações significativas em arranjos democráticos para gestão e planejamento urbano, incluindo equipamentos de memória para a democracia. Buenos Aires e São Paulo, cidades marcadas por desigualdades históricas e violências, exemplificam os desafios de consolidação democrática nesses países. Recentemente, movimentos políticos autoritários com discursos negacionistas e revisionistas têm ameaçado esse processo. Os espaços de memória enfrentam o desafio de ampliar seu alcance em um contexto de erosão das bases democráticas. A gestão e o planejamento desses equipamentos devem considerar sua

<sup>16</sup> Recomenda-se a leitura de Ferreira (2023) para entender melhor pressupostos da abordagem de ecologias organizacionais em defesa de direitos humanos.

integração no território urbano e o acesso das comunidades locais, aspectos cruciais para sua eficácia na difusão de conteúdos e experiências democráticas.

A política e a ordem democrática são realidades sociais construídas visando à convivência social pacífica com liberdades, à mediação dos conflitos e ao diálogo respeitoso entre pensamentos, ideologias e visões plurais de mundo. Precisam do suporte das instituições democráticas, do direito, do império da lei e, também, de políticas públicas diversas que lidem com a memória, a verdade, a reparação de vítimas e a defesa e a promoção de direitos humanos.

A pluralidade e a diversidade de sítios da memória em Buenos Aires podem ser explicadas em parte pela abordagem da justiça de transição levada a cabo na Argentina, um modelo que lidou desde o início com questões de verdade e memória, inclusive com a responsabilização de perpetradores de violações graves de direitos humanos. Aproveitando-se da grande comoção social em face do grau de violências praticadas pelo Estado e de um regime enfraquecido com a derrota nas Malvinas, a transição argentina logrou contemplar todos os elementos-chave da teoria de justiça de transição em Van Zyl (2011), ao passo que o Brasil partiu de um reconciliação imposta e levou décadas para avançar em elementos como a revelação da verdade sobre crimes da ditadura e nunca avançou sobre a condenação de perpetradores das violências e na reforma das instituições (Teles, 2009). Ainda que o número de aparelhos clandestinos localizados na capital argentina seja superior, fato é que até a data de publicação deste artigo o antigo edifício onde se localizava o DOI-CODI, na rua Tutoia, permanece com institucionalização precária e sem um aparato de musealização.

As iniciativas aqui reunidas trazem consigo diferentes exemplos e abordagens para a produção de experiências para as atuais e futuras gerações sobre aspectos do passado e do presente. Inscritas em territórios urbanos densos, em regiões centrais e periféricas, oferecem numerosas atividades para as populações. Vários desses espaços cuidam de valorizar e envolver as comunidades da vizinhança, abrindo-se para perspectivas culturais plurais nas suas programações. Para além dessa interação local, os espaços encontram-se articulados com outros lugares da memória no país e no exterior,

em redes que propiciam aprendizado em trocas diversas. O caminho para atender os objetivos institucionais desses espaços deve ser seguido em conjunto com os diversos atores, nos âmbitos local, nacional e internacional, valorizando as liberdades, a pluralidade e as diferenças.

## Referências

- ARBEX, Daniela. **Holocausto Brasileiro**. São Paulo: Geração Editorial, 2013.
- BORGES, A. Desenvolvendo argumentos teóricos a partir de estudos de caso: o debate recente em torno da pesquisa histórico-comparativa. **BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, [S. l.], n. 63, p. 47-62, 2007.
- CABRAL, Rebeca Lopes. **Memórias de dor em Buenos Aires: de ex-centros clandestinos a lugares de memória e consciência**. Dissertação de mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2019.
- CAMARGO, Alessandra Lopes. Negacionismo e políticas de memória na transição brasileira. **Perseu**, n. 15, ano 12, 2018.
- CAVALCANTE, Pedro; CUNHA, Bruno Queiroz. É preciso inovar no governo, mas por quê?” *In*: CAVALCANTE, P. *et al.* (Org.). **Inovação no setor público: Teoria, tendências e casos no Brasil**. Brasília: IPEA, 2017.
- CHADE, Jamil. Extrema direita global se une e projeção indica guinada reacionária na UE. **UOL**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2024/05/19/extrema-direita-global-se-une-e-projecao-indica-guinada-reacionaria-na-ue.htm>. Acesso em: 21 maio 2024.
- DEROSSO, Giuliano Silveira; CURY, Mauro José Ferreira. Elementos de uma identidade territorial: um estudo de caso da cidade de Foz do Iguaçu – PR. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 41, v. 1, p. 65-85, jan./jun. 2019.
- EBERHARDT, Laura. ¿Democracia participativa en la Ciudad de Buenos Aires? Un análisis sobre el desempeño de los mecanismos de participación ciudadana. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 9, n. 1, 2015.
- ESPACIO MEMORIA. Espacio Memoria y Derechos Humanos Ex-ESMA. **La ESMA y el barrio**, s.d. Disponível em: <https://www.espaciomemoria.ar/proyectos/la-esma-y-el-barrio/>. Acesso em: 09 out. 2024.

FERREIRA, Otávio Dias de Souza. Sobrevivência em ambiente de crescente hostilidade: ecologias organizacionais em defesa de direitos humanos no sistema punitivo de São Paulo (1992-2019). **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 15, n. 30, 2023.

GALZERANI, Maria Carolina Bovério. Memória, história e tempo: perspectivas teórico metodológicas para pesquisa em ensino de história. *In*: KOYAMA, Adriana Carvalho. GALZERANI, José Claudio Galzerani. PRADO, Guilherme do Val Toledo (Org.). **Imagens que lampejam: ensaios sobre memória, história e educação das sensibilidades**. Campinas, FE-Unicamp, 2021.

GUGLIELMUCCI, Ana. **El proceso de consagración de la memoria del terrorismo de Estado como política pública estatal de derechos humanos en Argentina**. Tese (Doutorado em História). Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 2011.

GUMIERI, Julia Cerqueira. Espaços de memória: uma luta por memória, verdade e justiça no Brasil e na Argentina. **Em Tempo de Histórias**, n. 20, Brasília, jan. – jul. 2012.

JELIN, Elizabeth. Memoria y democracia. Una relación incierta. **Revista de Ciencia Política**, v. 51, n. 02, p. 129-144, 2013.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madri: Siglo Vinteuno de España Editores, 2002.

KOBASHI, Nair Yumiko; JATENE, Caio V; CRIVELENTENTE, Mariana R. Lugares de memória e resistência da América Latina: levantamento, organização e difusão de informações em um website. **Revista Percursos**, v. 20, n. 42, p. 159-185, jan./abr. 2019. MARQUES, Eduardo. As políticas públicas na Ciência Política. *In*: MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (Org.). **A política pública como campo multidisciplinar**. São Paulo: ed. Unesp; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2013.

MARQUES, Teresa C. S. Transições políticas na América Latina em perspectiva comparada. **Revista Pensamento Plural**. Pelotas, 2010.

MATOS, Olgária C. F. **Memoria e historia em Walter Benjamin**. Direito a Memoria: Patrimonio Historico e Cidadania. São Paulo: Departamento do Patrimonio Historico, 1992.

MAYER, Gabriela. A Cova rasa do Brasil. **Revista Piaui**, n. 194, nov. 2022.

MESSINA, Luciana Sílvia. **Políticas de la memoria y construcción de memoria social**. Acontecimientos, actores y marcas de lugar. El caso dele x centro clandestino de detención

'Olimpo'. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade de Buenos Aires. Buenos Aires: 2010.

MEYER, Regina Maria Proserpi. O urbanismo: entre a cidade e o território. **Ciência e Cultura**, v. 58, n. 1, São Paulo. jan./mar. 2006.

MIGUEL, L. Felipe. A democracia domesticada: bases antidemocráticas do pensamento democrático contemporâneo. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, 45 (3), 2002, 483-511.

MOREL, Hernan. Milongas barriales en la ciudad de Buenos Aires: sentidos de lugar, sociabilidad y tradiciones. **Etnográfica**, v. 20 (3), 2016.

MUNCK, Gerardo L. LEFF, Carol Skalnik. Modos de transição em perspectiva comparada. **Lua Nova – Revista de Sociologia e Política**, n. 40, 41, 1997.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. **Projeto História**, n. 10, dez. 1993.

ONU. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**, 2015.

PERISSINOTO, Renato. Comparação, história e interpretação: por uma ciência histórico-interpretativa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 28 (83), out. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092013000300010>. Acesso em: 12 maio 2023.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos: Teoria e História**, 10, 1992.

RESLAC. **Quem somos**, s.d. Disponível em: <https://sitiostdememoria.org/pt/quem-somos/>. Acesso em: 06 maio 2024.

SANTOS JÚNIOR, Orlando A. dos. MONTANDON, Daniel T. Síntese, desafios e recomendações. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. dos; MONTANDON, Daniel T. (Org.). **Os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade: balanço crítico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Cidades, 2011.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: Conceitos, Tipologias e Subáreas**. Trabalho elaborado para a Fundação Luís Eduardo Magalhães. Dez. 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.



SPOSITO, Eliseu Savério. SAQUET, Marcos Aurélio. O conceito de território no Brasil: entre o urbano e o rural. **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 38, v. 2, p. 64-112, 2016.

TELES, Edson. Entre justiça e violência: estado de exceção nas democracias do Brasil e da África do Sul. In: TELES, Edson. SAFATLE, Vladimir (Orgs.) **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

TELES, Edson. Os restos da democracia. **Blog da Boitempo**, 22.05.2013. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2013/05/22/os-restos-da-democracia/>. Acesso em: 09 out. 2024.

VAN ZYL, Paul. Promovendo a justiça transicional em sociedades em conflito. In: REATEGUI, Félix (Org.). **Justiça de Transição: Manual para a América Latina**. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para Justiça de Transição, 2011.

**Otávio Dias de Souza Ferreira**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5659-5347>

Universidade Federal do ABC (UFABC)

Professor Visitante no bacharelado em Políticas Públicas da UFABC. Co-coordenador do Núcleo de Oficinas Culturais e Educação no Cárcere da Comissão de Política Criminal e Penitenciária da seccional paulista da Ordem dos Advogados do Brasil.

Contribuição de autoria: Autor do texto.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7724330254211801>

E-mail: [euotavio@gmail.com](mailto:euotavio@gmail.com)

**Editora responsável:** Genifer Andrade

**Especialistas ad hoc:** Eli Conceição Vasconcelos Tapajós e Scarlett O'hara Costa Carvalho.

## Como citar este artigo (ABNT):

FERREIRA, Otávio Dias de Souza. Equipamentos de memórias para democracia no território urbano: Buenos Aires e São Paulo em 2024. **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 6, e13153, 2024. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/13153>

Recebido em 24 de maio de 2024.

Aceito em 15 de outubro de 2024.

Publicado em 13 de dezembro de 2024.